

Política

CRISE

A classe política está em baixa. São os políticos, segundo uma pesquisa realizada em Minas, as pessoas que menos merecem confiança neste país. Prova disso: uma eleição no Espírito Santo.

Crise e eleição: PT e votos nulos em 1º.

Não há ninguém que mereça menos confiança — na opinião dos mineiros — do que os políticos. Quase tão ruins, só mesmo os partidos — segundo pesquisa ontem divulgada em Belo Horizonte. E os capixabas concordam inteiramente: ao votarem domingo para escolher o prefeito de Vila Velha, os votos nulos e em branco bateram longe o eleito, Magno Pires, do PT — 41.384 votos a 26.576. Houve ainda 16.565 eleitores que nem se deram ao trabalho de comparecer às urnas (uma abstenção recorde de 13%).

Esses resultados deixaram os políticos do Espírito Santo aturridos. O principal derrotado, o governador Max Mauro, que fez sua vida política em Vila Velha (o segundo maior reduto eleitoral do Estado, atrás apenas da capital Vitória) foi claro ao identificar o culpado pela vitória dos votos nulos e em branco: "Foi o desencanto do povo com os políticos e a política".

E ficou fácil entender porque dirigentes nacionais do PMDB não querem nem ouvir falar em eleições em 88, com medo de que se repita o fenômeno de Vila Velha.

Na votação capixaba, ficou claro o protesto dos 500 mil habitantes do município, que atribuíram os votos nulos ao "mosquito" — praga que infesta a cidade e resiste às sucessivas administrações.

O petista Magno Pires, um baiano de 34 anos, administrador de empresas, funcionário público, venceu pela coligação PT-PSB com 20,9% dos votos, seguido por Luís César Mareto, do PMDB, com 19,67% (15,5%); Felício Correa, do PCB, com 12,77% (10%); Benedito Pestana, do PFL, com 3,473% (2,7%); Gilberto Nobre do PDT, com 3,428% (2,7%); e Jair Storch, do PDS, com 3,262% (2,6%).

O senador Gérson Camata (PMDB) procurou explicar a derrota de seu partido considerando que ela só ocorreu porque a legenda entrou dividida na disputa: grande parte dos peemedebistas não quis apoiar o candidato Luís Mareto, indicado pelo governador, e dirigiu os votos para o candidato do PCB.

Os eleitos cumprirão um mandato tampão de um ano, até a eleição de 15 de novembro de 88.

A pesquisa mineira, realizada em Belo Horizonte pela empresa Vox Populi, foi publicada no boletim semanal da arquidiocese da Capital, mostrando o prestígio que a Igreja desfruta no atual momento.

Das 300 pessoas ouvidas na pesquisa, 73,3% responderam que não confiam nos políticos; 22,4% disseram que confiam "um pouco"; 2,7% que confiam muito, enquanto 1,6% nada disseram.

O segundo lugar na escala do descrédito ficou com os partidos políticos, com 62,7% dos que não confiam; 31,3% dos que confiam um pouco; 3,3% que confiam muito e 2,7% que não opinaram. A Polícia ocupa o terceiro lugar. Dos entrevistados, 47% não confiam nos policiais; 28% confiam pouco; 23,7% confiam muito e 1,3% não responderam ao questionário.

A Justiça brasileira vem logo a seguir, apresentando números bem próximos aos obtidos pela Polícia: 46,7% não confiam; 27% confiam pouco; 25% confiam muito e 1,3% não opinaram. O quinto lugar na pesquisa é ocupado pelas Forças Armadas, que não têm a confiança de 40% dos entrevistados; 23,7% confiam pouco; 33,3% confiam muito e 3% não deram sua opinião.

A Igreja surge como a instituição de maior credibilidade da pesquisa, com 55,7% dos que confiam muito, 27% dos que confiam pouco, 16,7% dos que não confiam e 0,6% que não quiseram opinar. Em segundo lugar estão os veículos de comunicação (rádio, jornal e televisão) e na disputa entre eles o maior índice de credibilidade é dado aos jornais: 23,7% confiam muito; 54% confiam um pouco; 20,3% não confiam e 2% não responderam. O rádio tem a confiança de 22%; 54,3% confiam um pouco e 22% não confiam. A televisão vem em terceiro lugar, com 20,3% dos que confiam; 47,3% dos que confiam pouco; e 31,7% dos que não confiam. Na opinião de Marcos Coimbra, diretor da Vox Populi, esses resultados são ruins para o Brasil. Para ele, a falta de credibilidade das instituições impede a existência de um Estado democrático.



Plenário da Constituinte



Cardoso Alves com Ulysses



Lula com Amaral Neto

A pesar do recesso parlamentar de fim de ano, o deputado Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP), garante que o Centrão continuará mobilizado em torno de seus objetivos — e diz estar tranquilo quanto à condição majoritária de seu grupo. Tal condição, contudo, está sendo contestada pelo "centrinho", a nova corrente da Constituinte, de conotação de centro-esquerda, cujo coordenador-geral, senador Nelson Carneiro, calcula que o grupo já tenha 120 integrantes. Mas ele espera reunir muito mais até o reinício dos trabalhos legislativos. Carneiro está confiante de que o "centrinho" conseguirá um amplo entendimento nas votações.

Para chegar a esse entendimento, o "centrinho" espera a colaboração do Centrão e das esquerdas, segundo previsões do deputado Jaime Santana (PFL-MA), já engajado no novo grupo. Santana fala em equilíbrio de forças na elaboração da nova Carta — e cita como exemplo um tema tão polêmico quanto a jornada semanal de 44 horas. O problema, na opinião de Santana, poderia ser resolvido com a inclusão de uma simples palavra: média. "Ficaria claro que a jornada média seria de 44 horas semanais", avaliou.

Para explicar melhor, Santana lembra que, como cada caso pode ser diferente, essa nova redação poderia resolver o problema das ocasiões especiais em que os trabalhadores e os empregadores teriam inte-

Centrão e centrinho: entendimento ou imposição?

resse numa jornada maior — "o que poderia ser feito mediante negociação".

O entendimento proposto pelo "centrinho", entretanto, terá de passar necessariamente pela aprovação do Centrão. "O Centrão não vai dificultar os trabalhos da Constituinte, mas também não vai aceitar as imposições da minoria que não representa a sociedade brasileira", preveniu ontem o deputado Roberto Jefferson (PTB-RJ).

Mesmo que o "centrinho" se intitule como "grupo de entendimento", não deixará de encontrar resistências no Centrão. "O 'centrinho' é um Centrão oportunista", definiu Cardoso Alves. "O Centrão mostrará nas votações e com sua atuação que realmente é maioria, e não se curvará a nenhuma provocação."

O líder do PDS, deputado Amaral Neto, concorda com Cardoso Alves. "A elaboração da futura Carta seguirá o ritmo normal e as esquerdas, que desejam o impasse, continuarão assistindo às novas vitórias do nosso grupo", disse. Para isso, na opinião do deputado Luís Eduardo Magalhães (PFL-BA), contribui a inexistência de lideranças personalísticas no Centrão: "O grupo se mantém ativo e manterá contatos sempre que a situação exigir". E lembrou: "Atuamos com responsabilidade e atenção, conforme já comprovamos três vezes. E nossa mobilização é permanente, sem necessitar a promoção de encontros especiais".

O "centrinho" promete insistir em seu objetivo de conseguir o entendimento. O senador Nelson Carneiro informou ontem que os vários grupos já criados estão estudando o substitutivo Cabral, para apresentar sugestões no início de janeiro. E ele acredita que a proposta de seu grupo poderá vingar, com o reforço de mais parlamentares. Por enquanto, o "centrinho" conta com os deputados Ronaldo César Coelho (PMDB-RJ), Saulo Queiroz (PFL-MS) e Alceni Guerra (PFL-PR) como dirigentes. Os coordenadores são José Maria Eymael (PDS-SP), Almir Gabriel (PMDB-PA), Egidio Ferreira Lima (PMDB-PE), Euclides Scalco (PMDB-PR), Victor Faccioni (PDS-RS), Adroaldo Streck (PDT-RS), entre outros.

PFL só fala em sucessão com a Constituição pronta

O PFL deve suspender sua movimentação sobre a sucessão presidencial e lutar na Constituinte para apressar a votação da futura Constituição. Foi essa a recomendação do presidente de honra do partido, ministro Aureliano Chaves, no seu encontro de ontem com o senador Marco Maciel.

Não adianta nada o PFL e outros partidos discutirem eventuais candidaturas, se ainda não se sabe como serão as regras do jogo — afirmou o ministro das Minas e Energia. A maior preocupação de Aureliano Chaves é com a demora na promulgação da nova Constituição. Ele pretende dizer isso ao presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, com a informação de que no Exterior a repercussão está sendo "muito destacável".

Aureliano Chaves esteve três semanas fora do País — Estados Unidos e Europa — e segundo ele, deu para sentir que a falta de definição constitucional está prejudicando muito a imagem do Brasil. "Infelizmente, vamos entrar em 88 sem a nova Carta", comentou.

O presidente de honra do PFL, informado dos esforços de Ulysses Guimarães para agilizar os trabalhos da Constituinte, pretende conversar com ele, inclusive para lhe manifestar seu apoio e solidariedade. "O Ulysses está certíssimo. Não é possível demorar mais para concluir o trabalho" — disse Aureliano Chaves ao *Jornal da Tarde* e *O Estado*.

O ministro está ciente de que coordenadores do Grupo Parlamentarista Interpartidário pretendem procurá-lo, a fim de pedir seu apoio ao sistema de gabinete. Ontem, Aureliano Chaves reafirmou que não será obstáculo ao parlamentarismo, "mas também não dará um passo a seu favor".

O presidente de honra do PFL afirmou que só aceitaria examinar sua candidatura a presidente da República se a Constituinte adotar o presidencialismo como sistema de governo.

A consulta às bases do PFL para saber qual o seu candidato preferido à Presidência da República, prevista para 28 de fevereiro de 1988, será cancelada se não lá a Assembleia Nacional Constituinte não houver definido o sistema de governo, a ser implantado no País, segundo ficou acertado também ontem, durante encontro do presidente da agremiação, senador Marco Maciel com o ministro Aureliano Chaves.

"As prévias sobre sucessão presidencial, são objeto de projeto que o secretário-geral, deputado Saulo Queiroz, está elaborando e que exigirá reunião da Executiva para sua apreciação. Queremos que todos os filiados possam votar. Elas serão realizadas simultaneamente com as convenções municipais convocadas para o último domingo do mês de fevereiro, disse Maciel".

Maciel se recusou, porém, a fazer prognósticos sobre como a Constituinte decidirá no tocante ao sistema de governo e a duração do mandato do presidente José Sarney.

"No Brasil, infelizmente, três meses é prazo muito longo. Não consigo ver, com muita nitidez, o quadro".

Maciel previu que o candidato à Vice-Presidência da República do PFL surgirá de entendimento com outro partido: "Vamos buscar entendimento com partido que tenha programa semelhante ao nosso", não podemos dispersar forças.

Hoje, a executiva nacional do PFL se reúne, a partir das 10 horas, para se manifestar a respeito do pacote fiscal do governo.

MANDATO: 5 ANOS.

A emenda do deputado Matheus Iensen (PMDB PR), garantindo cinco anos de mandato para o presidente José Sarney, "já está com 260 assinaturas", como o próprio parlamentar anunciou ontem aos jornalistas. Ele garante que a lista vai superar as 280 assinaturas necessárias: "Teremos o apoio de 320 constituintes".

"Também já estive com Dado Coimbra. Ele sabe quem assina e quem não assina e sei que vou chegar aos 320 nomes. Quero pegar assinaturas de sobra", disse Iensen.

O deputado paranaense explica que defende os cinco anos, sem fazer menção ao regime. "É o ideal. Vamos terminar os trabalhos da Constituinte em abril ou maio. Ainda teremos de votar a legislação complementar e ordinária. Que tempo sobrar para a campanha? Além do mais, o presidente José Sarney não deve ser penalizado pela crise que é mundial."

Mas o vice-líder do PMDB na Constituinte, deputado Euclides Scalco, advertiu para os riscos de um adiamento geral das eleições em 1988. "também as municipais e não apenas as de presidente da República". Scalco denunciou a existência de uma efetiva movimentação do Centrão e de outras forças políticas nesse sentido, através do retardamento deliberado da promulgação da nova Constituição, lembrando que a 15 de maio, seis meses antes das eleições para prefeitos e vereadores previstas para 15 de novembro, abrem-se os prazos para desincompatibilização. Mais: a prevalecer o texto atual do projeto da Constituição, o número dos vereadores deverá ser fixado pelas constituições estaduais e o retardamento da promulgação da Constituição Federal poderá resultar na inexistência de constituições estaduais promulgadas no momento da desincompatibilização para as eleições municipais, isto é, a 15 de maio de 1988.

O deputado Euclides Scalco diz que a mudança do texto atual do projeto de Constituição, atribuindo aquela decisão aos tribunais eleitorais, poderia ser uma saída.

Os líderes se reúnem. E o regimento pode sair hoje.

Pelo voto simbólico das lideranças, o Regimento Interno da Constituinte poderá ser aprovado hoje, em sessão convocada para as 14h30. "Nunca acreditei tanto no acordo como agora", disse o presidente da Assembleia, Ulysses Guimarães, que marcou uma reunião com todos os líderes para as 11 horas, para prosseguir as negociações iniciadas ontem entre o Centrão e os partidos de esquerda. "Acho que podemos fechar tudo nesta reunião", previu Ulysses.

Na sessão de ontem, como estava previsto, o Centrão conseguiu manobrar e não houve quórum para a votação dos últimos cinco pedidos de destaque nem da redação final do regimento. O grupo queria adiar para janeiro esses trabalhos para ganhar tempo na elaboração de suas emendas substitutivas ao projeto de Constituição e recolher as 280 assinaturas necessárias.

A decisão de reiniciar as negociações partiu dos próprios líderes, que abandonaram o plenário e foram ao gabinete de Ulysses. Após uma longa conversa, todos saíram confiantes. "Vai dar tudo certo", disse o líder do PTB, Gastone Righi, ao líder do PMDB, Mário Covas, que considerou "muito importantes" os avanços alcançados na reunião de ontem.

Mas ainda há um ponto de atrito entre o Centrão e os partidos de esquerda: o grupo insiste em que as preferências de emendas para modificar capítulos do projeto de Constituição sejam automáticas, não necessitando ser votadas pelo plenário desde que tenham 280 assinaturas. Mesmo assim, Gastone Righi não acredita que isso vá impedir o fechamento de um acordo hoje: "Eles (os partidos de esquerda) não vão querer ficar com a responsabilidade de paralisar a Constituinte, o que sempre atribuíram ao Centrão", disse.

Covas no palanque
O comício pelas diretas para presidente, organizado pelo PDT e PT para essa sexta-feira, no Rio de Janeiro, poderá reunir novamente o líder do PMDB, Mário Covas, e o ex-governador Leonel Brizola. Ontem, Brizola visitou Covas em seu gabinete e este lhe garantiu que só não estará no palanque se for impedido por algum problema ligado à Constituinte. Brizola visitou também o líder do PT, Luís Inácio Lula da Silva. O ex-governador esteve em Brasília para participar do seminário latino americano sobre dívida externa.

E o Congresso Nacional já está instalado, extraordinariamente, até 28 de fevereiro, para analisar, em caráter prioritário, as medidas tributárias do pacote fiscal a ser anunciado em breve pelo governo. A sessão de ontem à noite resumiu-se à leitura do ato convocatório pelo presidente da Casa, Humberto Lucena, que defendeu a necessidade de um pouco mais de trabalho e dedicação para que o Congresso possa responder a altura aos anseios do povo brasileiro.

Presidencialismo x Parlamentarismo

Depois de defender o presidencialismo, Brizola elogiou os militares, no seminário da USP. Olívio Dutra, do PT, também foi contra o parlamentarismo.

autocráticos" para a democracia, e lembrou que, através do parlamentarismo, Hitler, Mussolini e Salazar chegaram ao poder.

Outro argumento utilizado por Brizola contra a adoção do parlamentarismo é que, por estarmos numa situação difícil, não seria prudente "adotar um regime, no qual não temos nenhuma prática, em plena crise". Mas, se o sistema parlamentar vingar, Brizola considera que a decisão deverá ser submetida a um plebiscito para que a população responda se concorda ou não com o novo regime. Garantiu que será candidato mesmo com o parlamentarismo porque sua eleição "significará um não do povo brasileiro ao regime".

O País entrará num clima "de dignidade", segundo Brizola, depois das eleições. "Esse homem eleito, seja quem for, jamais irá leiloar o País, entrar em transações indecorosas." Brizola acredita que, num regime parlamentar, se a situação não estiver boa, não haverá para quem se reclamar. Descrente da dissolução do gabinete — "São muitas as exigências para a dissolução" —, ele também criticou o segundo turno, "que funcionará a favor das estruturas estabelecidas. Só não diria que é anti-Brizola porque seria muita pretensão de minha parte".

Já o deputado Roberto Freire apostou no parlamentarismo como um sistema que irá democratizar e estabilizar a sociedade. "Diminui a perspectiva de crise porque as soluções acontecem pela negociação", disse, explicando que quando ela não for possível o governo não resiste. "Um governo à la Sarney não existiria no parlamentarismo porque não teria sustentação parlamentar. A crise econômica que aí está, evidentemente, não seria enfrentada por esse governo."



Brizola: quem ordenhou a vaca?

Na sessão da tarde, três defensores do sistema presidencialista sustentaram que a proposta parlamentarista veio, na Comissão de Sistematização, para escamotear a discussão de questões de fundo, que teriam mais relevância na Constituinte.

Entre eles, o presidente nacional do PT, deputado federal Olívio Dutra, que também afirmou que o parlamentarismo despoliticaria o debate, na medida em que a cada crise haveria a substituição do gabinete ministerial. Além disso, esse sistema de governo propiciaria condições para que os estamentos militar e burocrático cristalizassem ainda mais o controle sobre o aparelho estatal, dificultando mudanças. Argumentou ainda, na defesa de sua tese, que no Brasil "os partidos não têm contornos ideológicos claros".

Por essas razões, Olívio Dutra defendeu um sistema presidencialista "debastado de seus resquícios autoritários", no qual o Congresso teria "revitalizadas suas prerrogativas" para fiscalizar de fato o Executivo e deliberar sobre matérias econômicas e financeiras.

O cientista político Carlos Estevam Martins (USP) concordou com Dutra, afirmando que o debate sobre o sistema de governo "é uma falsa questão, não está na ordem do dia e parece uma manobra diversionista". Partidário do presidencialismo, Martins acredita que, se o parlamentarismo for aprovado, a primeira medida do presidente eleito será lutar pelo retorno dos poderes presidenciais.

O ex-governador Franco Montoro admitiu que a questão não é essencial, mas defendeu o parlamentarismo como instrumento para que o Brasil possa evoluir em dire-

Assinam a favor e votam contra

Pelo menos com, dos 235 signatários da emenda parlamentarista, devem defender o presidencialismo. Mesmo assim, eles resolveram assinar, como o senador Marco Maciel, para "possibilitar o amplo debate da questão".

O autor da emenda, deputado Egidio Ferreira Lima (PMDB-PE), comentou que seria "decisivo" ao sistema o apoio de Aureliano Chaves (que é, no entanto, um presidencialista convicto). Mas Egidio acredita em outra possibilidade para o parlamentarismo — a impossibilidade de eleições em 1988.

ção à democracia real, que definiu como "democracia social, participativa e pluralista", livre da concentração de poderes que caracteriza o sistema presidencial no Brasil.

Também parlamentarista, o cientista político Francisco Weffort (USP/Cedec) comentou que "os argumentos pró-presidencialismo tendem a ser de natureza conjuntural", sobretudo aquele que afirma que as eleições diretas para Presidente estão enraizadas historicamente no País. Como vantagens do parlamentarismo, apontou a continuidade dos programas governamentais, maior responsabilidade política do Legislativo e fiscalização mais eficaz.

O economista Paul Singer (USP/Cedec) por sua vez, afirmou que a tradição presidencialista — presente em todas as instituições brasileiras, inclusive partidos e sindicatos — leva "à personalização de conflitos". O parlamentarismo, em sua opinião, abriria espaço mais amplo para negociações entre as forças políticas, inclusive para a definição de políticas econômicas, o que não considera possível enquanto vigorar o atual sistema de governo.